

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.426.524 - SP (2019/0004609-2)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : NEI CALDERON - SP114904
MARCELO OLIVEIRA ROCHA E OUTRO(S) - SP113887
INGRID CRISTINE JERONIMO DE SOUZA - SP244518
ANDERSON DE CAMPOS - SP232485
ANTONIO FERREIRA LOURENÇO - SP375441
AGRAVADO : MARCIO HENRIQUE GOMES DE MELLO
AGRAVADO : CONSUELO MELEGA DE MELLO
ADVOGADO : JULIANA SILVA DO NASCIMENTO MELUCCI - SP118400
AGRAVADO : CAMIC CAJURU MAQUINAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
AGRAVADO : MANOEL GOMES DE MELLO
AGRAVADO : SANTA AREAS DOS SANTOS MELLO
ADVOGADO : ANA CAROLINA DE PAULA - SP197574

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por BANCO DO BRASIL S.A. contra a decisão que inadmitiu o recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"Monitória - Contrato bancário - Desconto de títulos - Prova efetiva da existência de débito - Documentos juntados com a inicial que não preenchem os requisitos do artigo 1102a do CPC/73 - Indeferimento da petição inicial - Artigo 485, I, do CPC. Honorários de advogado - Sucumbência - Majoração - Regra de fixação por equidade - Artigo 85, § 8º do CPC - Apreciação equitativa do juiz - Pretensão não acolhida - Sentença mantida - RITJ/SP artigo 252 - Assento Regimental nº 562/2017, art. 23. Recursos não providos" (fl. 291 e-STJ).

A denegação se deu devido a ausência de argumentação.

Sustenta a parte agravante, em síntese, violação do art. 1.102.a do Código de Processo Civil de 1973. Alega que a ação monitória preenche os requisitos legais. É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

A irresignação não merece prosperar.

O acórdão recorrido entendeu que a parte autora não preencheu os requisitos do art. 1.102a do CPC/1973, acostando documentação insuficiente.

Assim, ao contrário do ora sustentado, o acolhimento da pretensão recursal,

nos termos em que posta, demandaria o reexame de matéria fática e das demais provas constantes dos autos, o que é inviável em recurso especial, consoante óbice da Súmula nº 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO MONITÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECLAMO ANTE A INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. IRRESIGNAÇÃO DA REQUERENTE.

1. O descumprimento, pela parte autora, de determinação judicial para a emenda da inicial impõe o indeferimento da petição, com a extinção do processo sem a resolução do mérito. Inteligência da regra do art. 284, parágrafo único, do CPC/73. Precedentes.

2. Rever a conclusão do Tribunal a quo de que as provas constantes nos autos seriam suficientes à demonstração de existência do débito, requisito essencial ao conhecimento da ação monitória, demandaria o reexame de provas, providência que encontra óbice na Súmula 7 desta Corte Superior.

3. Agravo regimental desprovido" (AgRg no REsp 1.575.717/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 17/5/2016, DJe 24/5/2016).

"AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. ADMISSIBILIDADE. INÍCIO DE PROVA. NÃO RECONHECIMENTO NA ORIGEM. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. INCIDÊNCIA.

1. O Tribunal de origem, após minucioso exame da documentação que instrui a inicial, apurou que os documentos não são suficientes para atender aos requisitos da legislação processual para cobrança via ação monitória, exigindo a inversão do julgado o vedado reexame de provas. Incidência do enunciado nº 7 da Súmula do STJ.

2. Agravo regimental não provido" (AgRg nos EDcl no AREsp 645.228/MT, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 3/2/2016).

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em R\$ 1.000,00 (mil reais), os quais devem ser majorados para o patamar de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 03 de fevereiro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator